



Acesse o PDF da Sinopse de Notícias no [site da 7ª CCR](#) e na [Intranet](#)

Sexta-feira (19/07) a Quinta-feira (25/07)

Manchetes

MPF: 7CCR abre inscrições para o debate “Desmilitarizar a polícia: segurança pública e direitos humanos”

Folha de S. Paulo: Justiça anula sentença e dois condenados de chacina de Osasco terão novo júri

G1: Justiça determina que Estado do RJ preste atendimento médico a presos de Campos, no RJ

G1: Nova empresa de cogestão do Compaj terá agentes armados dentro da unidade

Ponte: Após dois anos, MP denuncia PMs por morte de carroceiro em SP

MPF: MPF participa do 13º Encontro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Síntese das notícias

7CCR abre inscrições para o debate “Desmilitarizar a polícia: segurança pública e direitos humanos”: Estão abertas as inscrições para o debate "Desmilitarizar a polícia: segurança pública e direitos humanos", a ser realizado no espaço multiuso da Procuradoria-Geral da República, em 13 de agosto. A atividade é organizada pela Câmara de Controle Externo da Atividade Policial e Sistema Prisional do Ministério Público Federal (7CCR/MPF). Na ocasião, haverá também o lançamento de exposição fotográfica com a mesma temática, que ficará aberta ao público até 13 de setembro. O evento tem como propósito debater políticas de segurança pública, violência policial e justiça criminal sob a ótica do respeito aos direitos humanos, considerando o racismo e a desigualdade estrutural como determinantes para a análise desses temas no Brasil. Membros e servidores do MPF devem realizar a inscrição por meio do sistema Hórus até o dia oito de agosto. Já o público externo poderá se inscrever por meio do link: [Inscrições Debate Desmilitarizar a polícia](#). (24/07/2019)

Justiça anula sentença e dois condenados de chacina de Osasco terão novo júri: O Tribunal de Justiça de São Paulo anulou na quarta-feira (24) a sentença de dois dos quatro condenados pela suposta participação na maior chacina da história do estado em agosto de 2015, em Osasco e Barueri (Grande SP), com 17 mortos. Por unanimidade, os



desembargadores da 7ª Câmara Criminal de São Paulo consideraram insuficientes as provas para condenar o ex-PM Victor Cristilder Silva dos Santos e o guarda municipal Sérgio Manhã a mais de 220 anos, considerando as penas somadas. Os dois vão aguardar por novo julgamento presos, segundo a Câmara, ainda sem data para ocorrer. Manhã havia sido condenado a cem anos e dez meses, enquanto Cristilder a 119 anos, quatro meses e quatro dias. O procurador Maurício Ribeiro Lopes disse que o Ministério Público vai analisar a possibilidade de recurso. Fonte: **Folha de S. Paulo.** (24/07/2019)

Justiça determina que Estado do RJ preste atendimento médico a presos de Campos, no RJ: A Defensoria Pública do Rio de Janeiro (DPRJ) obteve no dia 2 de julho uma liminar que obriga o Governo do Estado a prestar atendimento médico aos presos do sistema penitenciário de Campos dos Goytacazes, no Norte Fluminense. A decisão, obtida a partir de uma Ação Civil Pública (ACP) movida pela instituição, determina ainda que o Estado informe a viabilidade dos pedidos realizados pela DPRJ e quais medidas foram adotadas para solucionar a falta de assistência à saúde nos presídios do município em até 30 dias. A Defensoria diz que além da falta de medicamentos, médicos especializados e insumos hospitalares básicos, a precarização do atendimento à saúde aos presos torna-se ainda mais grave diante do elevado número de óbitos registrados no sistema penitenciário de Campos. de 2017 a maio deste ano, foram registradas 29 mortes nas unidades prisionais do município. De 2017 a maio deste ano, foram registradas 29 mortes nas unidades prisionais do município. Fonte: **G1.** (25/07/2019)

Nova empresa de cogestão do Compaj terá agentes armados dentro da unidade: Vigilantes armados passarão a atuar nas guaritas e muralhas do Complexo Penitenciário Anísio Jobim (Compaj) - que foi palco dois massacres, em janeiro de 2017 e junho deste ano. A nova medida será aplicada pela empresa que assumiu a cogestão da unidade no dia 10 de julho, Reviver, que receberá cerca de R\$ 4,8 mil por cada interno. A Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Seap) afirmou que a utilização de vigilantes privados nas muralhas do Compaj ocorre após um “entendimento de que a atividade não deveria ser necessariamente exercida pelo Estado”. Com isso, parte do efetivo de policiais militares que atuavam na unidade foi utilizada para compor o Grupo de Intervenção Penitenciária (GIP) e os demais foram recolocados nas ruas da capital.



Fonte: **G1**. (21/07/2019)

Após dois anos, MP denuncia PMs por morte de carroceiro em SP: O Ministério Público de São Paulo (MP-SP) denunciou por homicídio qualificado, na segunda-feira (22), os policiais militares José Marques Madalhano e Augusto Cesar da Silva Liberali pela morte do carroceiro Ricardo Silva Nascimento, ocorrida em 2017, em frente a um supermercado em Pinheiros, na zona oeste da capital paulista. Na denúncia, o promotor Hidejalma Muccio também solicita que a dupla seja pronunciada ao Tribunal do Júri. Ele argumenta que os policiais mataram por “motivo fútil”, uma vez que alegaram que Ricardo tentou ameaçá-los com um pedaço de madeira, e que “dificultaram a defesa da vítima”, já que estavam em maior número e poderiam ter optado pelo uso de bastão ou gás de spray de pimenta. Fonte: **Ponte**. (24/07/2019)

MPF participa do 13 ° Encontro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública: O Ministério Público Federal (MPF) na Paraíba terá participação no 13 ° Encontro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), que ocorrerá em João Pessoa, de 31 de julho a 2 de agosto de 2019. Constituído em março de 2006, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública surgiu a partir da articulação de um grupo de especialistas em segurança pública que visavam a criação de um canal permanente de discussão sobre o tema em âmbito nacional. O MPF será representado pelo procurador da República Antônio Edílio Magalhães Teixeira, que fará parte da Mesa 17 a qual discutirá o ‘Impacto do Estatuto do Desarmamento e estratégias de uso prático do controle de armas e munições como aliados na redução da violência armada’. O procurador preside o Inquérito Civil 1.24.000.000548/2018-08, que tramita na capital paraibana, e apura como é feito o controle de rastreabilidade de munições de uso permitido e restrito no território nacional, especialmente das munições que são destinadas aos órgãos e agentes de segurança pública no país. (22/07/2019)